

**UFRRJ**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS**

**A Economia do Rio de Janeiro: reestruturação e transformações na  
especialização.**

**Luis Carlos Prates da Silva**

**2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS

**A Economia do Rio de Janeiro: reestruturação e transformações na  
especialização.**

**LUIS CARLOS PRATES DA SILVA**

*Sob a orientação do professor  
Alberto de Oliveira*

Monografia submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Bacharel** no curso de  
Ciências Econômicas da UFRRJ, Unidade  
Acadêmica de Três Rios.

Três Rios, RJ.  
Janeiro de 2010

## DEDICATÓRIA

Primeiramente dedico este trabalho a minha família - mãe Lígia Maria, meu pai Manoel Augusto (*in-memorian*) e meu irmão Augusto Prates - pelo apoio incondicional. Sem eles não conseguiria concluir um estudo tão importante para a minha formação.

Dedico também a conclusão dessa monografia aos amigos, André Vilela, Vanessa de Souza, Aline Oliveira Azevedo, Caio Azevedo, Cristiana Pacheco, Fábio José de Oliveira, Luiz Fernando Paulino, Ulisses Valentim, Fábio Júnior Gama, Adailton de Souza Filho, Ângela Maria de Souza Medeiros, Graça e Mirian.

Aos professores, Virgílio Roma Filho, Ivan Campos, Gilberto de Souza Carvalho, Herlei de Souza Carvalho, Cleber C Barbosa, Deisy, Mauro, Jonas e Theófilo Henrique.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Alberto de Oliveira pela orientação e sugestões apresentadas.

Agradeço a todo corpo docente da universidade pelo ensino prestado e todo conhecimento repassado durante todos esses anos.

Aos colegas de curso pela amizade.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

*“Se desde o primeiro momento, conseguirmos determinar onde nos encontramos e aonde nos dirigirmos, poderemos julgar muito melhor o que temos de fazer e como fazê-lo”.*

(Abraham Lincoln, no famoso discurso da “Casa Divina”, pronunciado em 16 de junho de 1858, em Springfield).



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

---

**Gilberto Abrantes Filho - Administração - Três Rios**

---

**Robson Dias da Silva – Economia - Nova Iguaçu**

---

**Alberto de Oliveira – Orientador**

## RESUMO

Essa monografia propôs como tema as transformações geradas a partir da ascensão das concepções liberais, com o progresso da flexibilidade global e a conseqüente abertura comercial e financeira entre os mercados, e os impactos causados nas indústrias nacionais, com o processo de reestruturação e reorganização, que exigiu nos anos seguintes, ações de descentralização produtiva e desconcentração regional. O objetivo dessa pesquisa é analisar em que medida o espaço foi utilizado como instrumento de recomposição da competitividade da indústria nacional em meio essas transformações, e particularmente, como o Rio de Janeiro foi inserido nessa nova lógica, analisando as transformações em sua espacialização produtiva. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados referenciais teóricos que abordavam todo o processo de ascensão do neoliberalismo e abertura econômica, com a concomitante reestruturação da indústria nacional, e posteriormente analisou-se quantitativamente o caso específico do estado do Rio de Janeiro através de seus indicadores econômicos e de desenvolvimento, que foram coletados a partir de análise de conteúdo de pesquisas realizadas pelo IBGE, MTE e PNUD, que serviram de fundamento para a pesquisa, e que teve por principal finalidade mostrar os efeitos da política econômica adotada a partir do início dos anos 90 sobre a distribuição espacial no estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Liberalismo. Reestruturação. Industrialização. Espacialização. Rio de Janeiro.

## LISTA DE FIGURAS

1. Variação do nº de empregos por Setor Econômico .....	23
2. Participação (%) dos Estados no PIB da Região Sudeste.....	29
3. População Estimada.....	29
4. Produto Interno Bruto (per capita) .....	31
5. Evolução do Emprego Formal .....	31
6. Emprego formal por nível setorial no Estado do Rio de Janeiro.....	32
7. Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado do Estado do Rio de Janeiro .....	33
8. Mapa do Estado do Rio de Janeiro .....	34
9. Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ.....	35
10. Participação (%) no PIB das Regiões em relação ao E.R.J .....	37
11. Investimentos por setor de atividade .....	38
12. Índice de Gini.....	40
13. Taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais no Estado do Rio de Janeiro.....	42

## LISTA DE TABELAS

1. Participação das 10 maiores Unidades da Federação no PIB.....	23
2. Distribuição das Indústrias de acordo com sua Estratégia Competitiva .....	26
3. Produto Interno Bruto (em bilhões).....	28
4. Produto Interno Bruto <i>per capita</i> .....	30
5. Produto Interno Bruto das Regiões do Estado do Rio de Janeiro .....	36
6. Investimentos do PAC nas Regiões do Estado do Rio de Janeiro .....	39
7. Indicadores de Renda e Pobreza do Estado do Rio de Janeiro .....	40
8. Indicadores de Desenvolvimento Humano do Estado do Rio de Janeiro .....	41

## SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE FIGURAS .....	7
LISTA DE TABELAS .....	8
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	11
1.2 PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	11
<b>1.3.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>11</b>
<b>1.3.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>11</b>
1.4 METODOLOGIA .....	12
<b>2. A POLÍTICA MACROECONÔMICA DO SEC. XX .....</b>	<b>13</b>
2.1 A CRISE DO CAPITALISMO NOS ANOS 70. ....	13
2.2 CRISE DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO DA AMÉRICA LATINA.....	15
2.3 ASCENSÃO DO LIBERALISMO ECONÔMICO. ....	17
2.4 DETALHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DO PENSAMENTO LIBERAL .....	18
2.5 O PLANO REAL.....	19
<b>3. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: CONSEQUÊNCIAS DA ABERTURA DE MERCADO .....</b>	<b>20</b>
3.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZACIONAL.....	22
3.2 ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS .....	25
<b>4. A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>27</b>
4.1 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS .....	27
4.2 DINÂMICA ECONÔMICA .....	32
4.3 DIVISÃO TERRITORIAL.....	34
4.4 A ESPACIALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA .....	35
4.5 INVESTIMENTOS.....	38
4.6 EXUBERÂNCIA ECONÔMICA E DESIGUALDADE SOCIAL.....	39
<b>4.6.1 Condições de vida: o desenvolvimento humano fluminense .....</b>	<b>41</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>43</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>44</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>46</b>
ANEXO I: População Estimada dos Estados do Sudeste .....	46
ANEXO II: Valor Adicionado no Estado do Rio de Janeiro .....	47
ANEXO III: Dez maiores investimentos previstos .....	48

## 1. INTRODUÇÃO

A respeito do que envolve todo o cenário macroeconômico do século XX, podemos dizer que a Crise do Capitalismo que se iniciou nos anos 70, e posteriormente a ascensão das concepções liberais, tiveram grande impacto e influência nas transformações econômicas e espaciais em nível global.

Foi a partir desse momento, que o ambiente macroeconômico começou a sofrer uma série de alterações através da conduta nas políticas econômicas, que apoiadas na idéia de que o excesso de protecionismo e intervenção do Estado resultava na instabilidade econômica e o baixo crescimento econômico, e que devido a isso, o certo seria incentivar a abertura comercial entre os países, ampliando o grau de concorrência, como meio de estimular o investimento em modernização na estrutura produtiva.

Após a implantação de algumas medidas tímidas no início dos anos 90, tal política alcançou consideravelmente com o Plano Real, as medidas a partir disso adotadas, foram baseadas na valorização artificial do câmbio e na desoneração das importações. Essas políticas resultaram em forte processo de reestruturação da indústria nacional, posto que a entrada de capitais estrangeiros para produção interna e o aumento das importações reduziram drasticamente a lucratividade dos produtores nacionais, levando, em alguns casos, em movimento relevante de desnacionalização de alguns segmentos da indústria brasileira.

A partir disso, as empresas para proteger participação no mercado e margem de lucro, passaram adotar um conjunto de inovações, notadamente organizacionais, em processos e produtos, o que acabou por acarretar numa nova espacialização da estrutura produtiva no Brasil.

Além desta Introdução, o trabalho será dividido em outros 3 (três) capítulos: no primeiro mostra as mudanças ocorridas no pensamento econômico, a partir do colapso dos princípios *keynesianos* nos anos 70, e o conseqüente renascimento das doutrinas calcadas no liberalismo econômico, mostrando os impactos causados em países periféricos, e especialmente na América Latina e Brasil. No segundo analisa-se a reação do setor industrial no Brasil, com a reorganização da indústria e reestruturação produtiva e organizacional, decorrentes da abertura econômica, e as estratégias competitivas utilizadas. No terceiro e último demonstra que o Estado do

Rio de Janeiro apresentou crescimento econômico importante nos anos 90, comparando os principais indicadores, com os demais estados do Sudeste, explicando os motivos desse crescimento, e posteriormente demonstrando como foi alterada a distribuição espacial do trabalho no Estado do Rio de Janeiro, encaminhando para a conclusão com a idéia básica de averiguar se os benefícios gerados com o crescimento econômico contribuíram para a melhoria das condições de vida da população do Estado.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

O tema pesquisado decorre dos efeitos da política econômica adotada a partir dos anos 90 sobre a distribuição espacial produtiva no Estado do Rio de Janeiro.

## 1.2 PROBLEMA

Em que medida o espaço foi utilizado como instrumento de recomposição da competitividade da indústria nacional em meio às transformações na política econômica, e, particularmente, como o Rio de Janeiro foi inserido nessa nova lógica de valorização do capital?

## 1.3 OBJETIVOS

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Analisar as transformações na espacialização da estrutura produtiva no Estado do Rio de Janeiro

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Apresentar fundamentação teórica de todo o processo de reestruturação da indústria nacional e ascensão do neoliberalismo;

- Investigar as estratégias empresariais para o melhor aproveitamento de externalidades positivas relacionadas ao espaço;
- Descrever brevemente um histórico sobre a economia fluminense;
- Fazer análises quantitativas e comparativas de diferentes estados e regiões.

#### 1.4 METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa foi dividido em duas partes, uma sendo caracterizada bibliográfica, obtendo sua realização através de referências que apresentavam todo o processo de ascensão do neoliberalismo e de reestruturação produtiva.

Enquanto a outra parte se tratava de um estudo de caso, utilizando-se de análises de dados coletados através de pesquisas já realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Demográfico, Contas Regionais, Estimativa Populacional, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Produto Interno Bruto dos Municípios), Ministério do Trabalho e Emprego (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Atlas do Desenvolvimento Humano), todas expostas virtualmente para apreciação em seus respectivos sites.

## 2. A POLÍTICA MACROECONÔMICA DO SEC. XX

A história da macroeconomia moderna começa em 1936, com a publicação de “*The general theory of employment, money and interest*”, livro de John Maynard Keynes que obteve significativa contribuição para o desenvolvimento do modelo de crescimento econômico. Diante de sua publicação até o final da década de 60, o sistema capitalista obteve seu maior desenvolvimento, período esse que ficou conhecido como “gloriosos anos dourados”.

Entre os principais avanços dessa época estão o desenvolvimento das teorias do consumo, do investimento, do crescimento, da demanda por moeda, e por fim dos grandes modelos macroeconômicos.

Contudo, a partir do início da década de 1970 - impulsionados pelo debate entre *keynesianos* e monetaristas, que em síntese discutiam sobre a eficácia da política monetária *versus* política fiscal, a curva de *Phillips* e o papel da política econômica - o modelo de crescimento econômico começa a entrar em declínio.

Para Blanchard (2007), os *keynesianos* acreditavam que os avanços da teoria macroeconômica permitiriam um controle melhor da economia, enquanto os monetaristas eram mais céticos quanto à capacidade do governo de ajudar a estabilizar a economia.

Desse modo ocorreram-se várias mudanças na estrutura do capitalismo, tais como, a facilidade na movimentação e transação de capital, o progresso da flexibilidade em nível global, e a liberdade para se instalar e negociar praticamente em todas as esferas, desfazendo-se as barreiras espaciais e sociais relativamente fixas, gerando-se uma descentralização da produção.

Ainda assim é necessário salientar que esse processo não vem sendo gerado somente em âmbito específico de quaisquer países, mas sim num contexto geral de mudanças que ocorreram desde meados dos anos 70 em nível global.

### 2.1 A CRISE DO CAPITALISMO NOS ANOS 70.

Depois de um duradouro período de desenvolvimento do capitalismo mundial, a economia começa a dar indícios de instabilidade no final da década de 60 e que acaba se concretizando de maneira veemente no início dos anos 70.

Esse cenário econômico foi o fator preponderante para o surgimento de um forte movimento de economistas ortodoxos liderados por Milton Friedman contra a ideologia do excesso de intervenção do Estado, e de políticas de expansão dos gastos públicos.

Foi no decorrer dessa época que o mundo presenciou uma crise no sistema de produção capitalista, através dos denominados choques petrolíferos que surpreendeu a maioria dos economistas.

A crise fiscal e financeira em que os países desenvolvidos se encontravam, era reflexo da instabilidade econômica causada pelas contínuas altas da inflação que ocorreu durante essa fase, conhecida como "estagflação".

Alguns aspectos podem ser identificados para apontar esse quadro temerário do sistema capitalista, tais como:

- a) a crise do petróleo;
- b) o esgotamento do acordo de *Bretton Woods*<sup>1</sup>;
- c) a extenuação do padrão de acumulação *taylorista/fordista* de produção;
- d) o excesso de produção;
- e) a crise do *Welfare State* (Estado de bem-estar social).

A partir disso, o que se notou foi o surgimento de propostas para restringir a participação e a intervenção do Estado na economia, assim passando toda a regulação para o mercado - indicando para um renascimento do liberalismo econômico - como também a utilização do modelo de crescimento via endividamento externo através do financiamento dos déficits do terceiro mundo.

Payer (1989, p. 69) cita esse período:

Como as economias dos países desenvolvidos se estruturaram em torno das exportações de excedentes para ao terceiro mundo durante quatro décadas, e como os tomadores de empréstimos do terceiro mundo estruturaram suas economias em torno da expectativa de um influxo de capital líquido também durante longo tempo, quando foi definitivamente alcançado o 'ponto de equilíbrio', no início dos anos 80, e a transferência líquida tornou-se negativa, primeiro para a América Latina, depois para a África e finalmente para o terceiro mundo como um todo, parecia como se o mundo tivesse virado de ponta-cabeça e a água (o dinheiro é sugestivamente chamado liquidez) estivesse subindo pela montanha (do terceiro mundo para os desenvolvidos).

Isso indica que os países desenvolvidos passariam a se reestruturar através do pagamento de juros e amortizações decorrentes do endividamento feito por

---

<sup>1</sup> O acordo de Bretton Woods foi definido como forma de estabelecer regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo.

países em desenvolvimento e do terceiro mundo, colocando-os da situação de tomadores de empréstimos para a de financiadores das economias desenvolvidas.

## 2.2 CRISE DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO DA AMÉRICA LATINA

O otimismo e crescimento econômico em que a maioria dos países em desenvolvimento da América Latina obtiveram durante a década de 60/70, foram em grande parte através de recursos abundantes de instituições financeiras internacionais que detinham grande poderio econômico.

E com esses recursos que foram realizados os grandes investimentos sem que as importações pudessem causar déficit na balança comercial, alavancando as taxas de crescimento, e conseqüentemente o aumento da dívida externa, decorrentes da estratégia de substituição de importações.

Para Goldenstein (1994, p.105):

O grande erro de diagnóstico – que levou à ilusão de que o processo de substituição de importações era, apesar de eventuais percalços, um processo dinâmico que os levaria a alcançar os países desenvolvidos-, foi a inobservância da especificidade e, mais do que tudo, do dinamismo das relações internacionais nas quais se assentavam as bases do processo.

A crise latino americana teve seu início no final da década de 70, quando ocorreu o segundo choque de petróleo, fato esse que gerou a ascensão brusca das taxas de juros internacionais (para conter a inflação), e que acarretou no aumento significativo do total de juros pagos pelos países devedores, culminando na moratória Mexicana.

Outro fato que também pode ser apontado como início da crise foi a recessão da economia norte americana em 1982, já que provocou uma redução nas exportações latino-americanas para aquele país (seu principal parceiro comercial) e na oferta de financiamento, e a conseqüente queda nas exportações globais e nos preços da *commodities*.

Ainda que durante essa época o desempenho econômico em toda América Latina não tivesse sido igual, com alguns países conseguindo estabilizar sua inflação e mantendo taxas de crescimento moderadas como, por exemplo, a Colômbia, na maior parte dos países, o que se verificou foi a conservação continuada de taxas elevadas de inflação, de estagnação econômica, e de

problemas crescentes com a gestão das taxas de desenvolvimento humano e social e do déficit público. Todo esse período ficou conhecido como a “década perdida”.

De acordo com Bresser Pereira (1991, p. 9):

A crise fiscal do Estado, que se manifestou na América Latina nos anos 80, tem cinco ingredientes: (1) déficit orçamentário, (2) poupanças públicas negativas ou muito pequenas, (3) dívida pública externa e interna excessiva, (4) falta de crédito do Estado, refletida na falta de confiança na moeda nacional e nos vencimentos de curto prazo da dívida interna (no Brasil, o mercado “overnight” para as obrigações do Tesouro) e (5) a falta de credibilidade do governo e sua imobilização, que não deve ser confundida com a falta de crédito do Estado.

Foi durante esse período que as economias desenvolvidas voltaram a se estruturar definitivamente através da reorganização do sistema capitalista, com a abertura e integração dos mercados financeiros e de bens, e das alterações produtivas e tecnológicas, enquanto os países latino-americanos passavam por uma crise econômica e social generalizada.

E diante desse cenário as instituições internacionais - FMI e Banco Mundial - que foram criadas em 1945 no acordo de Bretton Woods, passaram a ter o seu papel originado colocado em ação, impondo políticas neoclássicas nos países devedores para amenizar a crise.

O grande interesse dessas políticas era em sustentar o pagamento integral dos serviços das dívidas contratadas, como também reorganizar o sistema capitalista, assim como revela Stiglitz (2002, p.41):

Em princípio, havia uma divisão de tarefas. O FMI era obrigado a se limitar a assuntos *macroeconômicos* ao lidar com um país, ao déficit no orçamento do governo, à sua política monetária, à sua inflação, ao seu déficit comercial e a seus empréstimos no exterior, e o Banco Mundial era obrigado a se encarregar das *questões estruturais*, tais como: em que o governo do país em questão gastava o dinheiro, as instituições financeiras do país, seus mercados de trabalho, suas políticas comerciais. Mas o Fundo Monetário adotava uma posição bastante imperialista acerca do assunto: já que quase toda questão estrutural poderia afetar o desempenho geral da economia e, assim, do orçamento do governo ou do déficit comercial, ele acreditava que quase tudo estava sob seu controle.

Já para a CEPAL, a crise da dívida foi útil para fortalecer a influência das exportações e revelar a frágil base tecnológica do continente e através disso, passar por uma transformação produtiva nos anos 90, para corroborar a inserção no sistema produtivo internacional, propondo uma política de abertura comercial regular, e de liberalização econômica.

Toda essa proposta foi concebida no momento em que os fluxos de capitais internacionais voltavam a se direcionar para a América Latina, devido ao excesso de liquidez, mudando a ordem de transferência de recursos da década de 80, evidenciando assim três tipos de políticas, a política econômica de apoio aos sistemas de produção, a política macroeconômica, com ênfase específica nos fluxos financeiros e a política comercial.

Enfim, a década de 80 além de ter sido o ápice da crise do endividamento da América Latina, marcou a ascensão do ideário neoliberal de forma global e da inclusão de suas premissas nas propostas e ações das instituições de Bretton Woods e da CEPAL.

### 2.3 ASCENSÃO DO LIBERALISMO ECONÔMICO.

As medidas para sanar a crise capitalista englobam mudanças importantes, que podem ser fundamentadas de acordo com Antunes (2002, p. 31):

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

A crise resultou na ascensão do liberalismo econômico chamado hoje de neoliberalismo, que foi convertido em política econômica e monetária a partir do final dos anos 70 com Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (Estados Unidos).

Além disso, impulsionou nos anos seguintes uma série de modificações que influenciaram de diversas maneiras as bases do sistema em seu conjunto, como a intenção de restabelecer o ciclo produtivo, através de uma política voltada para a oferta, o maior exemplo disso foi o início dos processos de privatizações de empresas e prestadoras de serviços públicos, que gerava uma redução substancial das despesas públicas.

Essa série de modificações de reestruturação do capitalismo com a ascensão do ideário neoliberal, passaria a ajustar as relações entre os principais Estados. O

efeito gerado por essas mudanças, foi principalmente no papel exercido pelas instituições internacionais, onde essas passariam a desempenhar papel mais condizente com o interesse das principais economias para reordenar todo sistema capitalista, assim passando a limitar as relações dessas instituições com os países deficitários, indicando para a definitiva conjuntura das reformas orientadas para o mercado nos anos posteriores.

## 2.4 DETALHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DO PENSAMENTO LIBERAL

Podemos sintetizar que o liberalismo defende as liberdades individuais, a igualdade perante a lei, limitação constitucional do governo, direito de propriedade, direitos naturais, proteção das liberdades civis e restrições fiscais ao governo. E foi baseado nessas ações, que a ascensão do liberalismo econômico se pautou, através do chamado neoliberalismo.

As principais mudanças geradas com a adoção do neoliberalismo foram pelo lado da produção, através da desregulamentação do mercado de trabalho, nas reduções dos impostos e das despesas com contribuições sociais, e na livre circulação internacional de mercadorias e moedas, com isso, a produção seria estimulada através do aumento da lucratividade decorrente da redução dos custos salariais e dos impostos.

Como também pelo lado monetário, através da escolha efetiva do monetarismo como política monetária. Vale registrar que antes da quebra do acordo de *Bretton Woods*, o sistema internacional de taxas fixas de câmbio entre as moedas conversíveis, mantinha uma relativa estabilidade nas taxas de juros, sendo assim, só restaria o controle da base monetária como meio de manter a estabilidade monetária, o que as políticas *keynesianas* não permitiam. Porém, com a quebra do acordo, seguiu-se um período de instabilidade nas taxas de câmbio e de juros o que aumentava consideravelmente o problema do controle da base monetária.

Enfim, os princípios do pensamento liberal podem ser resumidos em um conceito, o da desregulação, isto é, substituir o Estado pela livre concorrência, no que se refere ao funcionamento dos diversos mercados, principalmente os mercados de trabalho e financeiro.

## 2.5 O PLANO REAL

Os anos 80 foram marcados em nível global pelas altas taxas de juros e pela restrita liquidez internacional, e já no começo dos anos 90 se presenciou uma situação oposta à anterior, assim prevaleceu-se às baixas taxas de juros nos países desenvolvidos, juntamente com um excesso de liquidez.

Como consequência desse cenário um volume crescente de capitais se remetiam para os países emergentes (endividados) em resposta ao excesso de liquidez internacional.

A partir disso, abriu-se lugar para a preponderância de um capital financeiro de rentabilidade com a consolidação de um mercado de câmbio, de capitais e de títulos em âmbito mundial que encontrou nos países periféricos grandes oportunidades de valorização, e neste contexto que foi implementado o plano de estabilização da economia brasileira.

O Plano Real pode ser examinado como a tentativa de se **extremar** uma nova estratégia de desenvolvimento, visando produzir dinâmica suficiente na economia, para assim recuperar o crescimento, estabilizando monetariamente e combatendo a hiperinflação.

As principais estratégias estabelecidas no Plano foram na:

- a) Desindexação da economia, com o ajuste e reajuste de preços anualmente, através da correlação com o custo de produção;
- b) Abertura Econômica, que ocorreu através da redução gradativa dos impostos de importação;
- c) Equilíbrio Fiscal, através do corte de despesas públicas e aumentando as alíquotas de impostos;
- d) Políticas monetárias restritivas, com o aumento da Taxa Básica de juros (Selic) e do compulsório bancário;
- e) Contingenciamento, com a manutenção do câmbio artificialmente valorizado;
- f) Privatizações, assim diminuindo-se os gastos públicos com os financiamentos de investimento e também acarretando na modernização dessas empresas privatizadas.

Colocando o Plano Real em análise, podemos dizer que o mesmo obteve sucesso quanto à busca pela estabilidade econômica já nos seus primeiros anos

desde quando foi aplicado. Isso se deve principalmente a chamada âncora cambial, que era sustentada em uma série de mecanismos que permitiam a entrada contínua de divisas e a manutenção da analogia cambial em níveis baixos.

A partir disso, a inflação foi contida sem a utilização de congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros métodos econômicos heterodoxos, assim fazendo com que a economia voltasse a apresentar índices de crescimento, obrigando o governo a escolher por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, de forma com que possa viabilizar a continuação do crescimento com distribuição da renda.

Então em 1999 abandona-se a âncora cambial, indicando para o câmbio flutuante, desvalorização cambial e de acordo com a visão liberal, representando uma melhor atuação da indústria exportadora.

A partir de uma interpretação desenvolvimentista, a flexibilização cambial deflagrou definitivamente o processo de inserção do Brasil na lógica liberalizante. Nos anos seguintes à liberalização, o volume de exportações e importações cresceu expressivamente.

Através disso podemos afirmar que a abertura econômica iniciada da década de 1990 e o Plano Real, que estabeleceu as bases do combate à inflação na âncora cambial e em uma política monetária restritiva, provocaram intensa reestruturação na indústria brasileira, que alterou sua competitividade e o modo de sua inserção no comércio internacional.

### **3. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: CONSEQUÊNCIAS DA ABERTURA DE MERCADO**

A década de 90 foi marcada por profundas alterações no ambiente macroeconômico dos quais as empresas operavam, através de implicações e decisões de políticas econômicas, com alegação de provocar uma rápida modernização de todo o parque industrial brasileiro, e através disso que o governo federal adotou um conjunto de medidas de médio e longo prazo, baseadas na inspiração neoliberal, provocando uma ampla e radical abertura de mercado para os mais variados tipos de produtos importados.

Essa política liberal abriu espaço a uma avalanche de importações, principalmente dos países do leste asiático, e à entrada de novos competidores que ameaçaram a participação no mercado e a margem de lucro das empresas industriais que na época operavam no Brasil. As empresas sobreviventes responderam, para defender participação no mercado e margem de lucro, com um conjunto de inovações, notadamente organizacionais, em processos e produtos. É verdade que, conforme o setor industrial, essas inovações foram heterogêneas e “ao contrário do que diziam muitos analistas a indústria não desapareceu, mas vem se reorganizando”. Barros-Goldenstein (1998, p.141)

Vale salientar que tal política visava o objetivo de conter o processo inflacionário, combatendo setores oligopolizados e procurando romper com as tradicionais estruturas corporativas predominantes em vários setores da indústria nacional, que acostumadas a certa reserva generalizada de mercado (ainda que não institucionalizada para muitos setores), detinham poderes de práticas abusivas de preços.

Além da retração do mercado interno e do processo de abertura comercial, a privatização das empresas estatais e, mais recentemente, a estabilização dos preços em virtude do Plano Real, foi aumentando significativamente o grau de concorrência da economia, forçando as empresas a perseguirem padrões de eficiência e competitividade até então explorados apenas pelos segmentos mais integrados ao comércio internacional, porém se este processo de mudanças, por um lado estimulou as empresas a buscarem maior poder de competitividade a nível internacional, no outro acabou por decretar a falência e o desaparecimento de inúmeras empresas, principalmente as de pequeno e médio portes, que se viram impossibilitadas de realizar mudanças radicais a curto prazo.

Teixeira (1996) classifica o desemprego crescente como um avanço do capital sobre a produção e o credita ao ajuste neoliberal promovido pelo governo, caracterizado, principalmente, pela política industrial centrada na abertura comercial, e apresenta dados de uma região específica – o ABC Paulista - que ratificam esse cenário, onde no período de 1990 a 1995, 58 mil metalúrgicos perderam o emprego e 400 fábricas desapareceram, como também sintetiza Pochmann (1998, p.121) “[...] taxas de desemprego que são, no mínimo, o dobro das apuradas no final dos anos 80”.

Foi a partir desta época que as empresas brasileiras começaram a sentir, de forma mais explícita, os efeitos do novo paradigma industrial, percebendo a necessidade urgente de fazer reestruturações produtivas e organizacionais.

### 3.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZACIONAL

A partir da década de 70, os conceitos de Taylor e Ford, que contaminaram toda a indústria e o consumo mundial com uma euforia que perdurou absoluta por cerca de cinquenta anos, deixaram de ser capazes de atender às novas exigências do mercado, e se fez então necessário surgir um novo modelo de desenvolvimento que atendesse a estas novas exigências.

Estas exigências exigiram uma reestruturação produtiva e organizacional das empresas em diversos países, e no Brasil também foi necessária, só que uma década mais tarde, passando a exigir da indústria nacional inovação tecnológica, redução no tamanho das empresas, terceirização da produção e desconcentração regional, na busca de uma infra-estrutura produtiva e social que reduzisse os custos e aumentasse a competitividade, CASTRO (2001, p.7) relata esse período:

De fato, os processos de reestruturação perseguidos pelas empresas entre 1989 e 1994 incluíram não apenas o redimensionamento de quadros, o enxugamento do catálogo de vendas e o fechamento de instalações, como também, destacadamente, a adoção de novas práticas gerenciais tipicamente associadas à Gerência da Qualidade Total e ao Just in Time.

As empresas nacionais conseguiram se adaptar às novas exigências do mercado, mas sua reestruturação provocou impactos diretos e profundos no emprego e na produtividade.

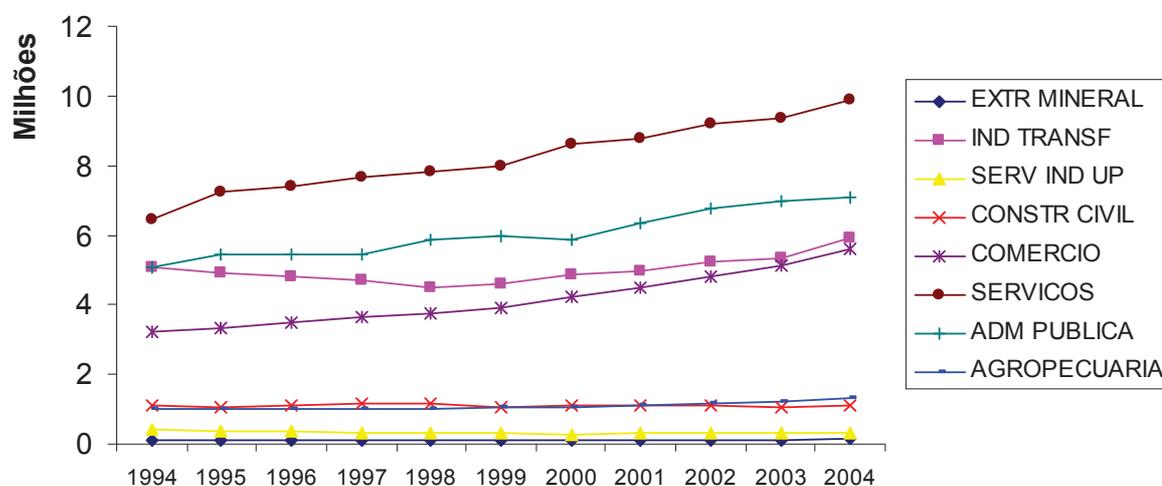
A modificação do processo de industrialização no Brasil levou a nova espacialização da produção industrial (Tabela 1), com a diminuição da participação do estado de São Paulo no PIB nacional e à concomitante ampliação do setor de serviços (Figura 1).

Tabela 1: **Participação das 10 maiores Unidades da Federação no Produto Interno Bruto a preços de mercado - 1995-2004**

ESTADOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
São Paulo	37,31	36,49	36,72	36,06	35,99	35,96	35,59	34,63	34,11	33,14
Rio de Janeiro	11,19	11,22	11,12	11,66	11,95	11,85	11,68	11,60	11,06	11,48
Minas Gerais	8,63	8,79	8,82	8,57	8,43	8,53	8,55	8,65	8,75	9,13
Rio Grande do Sul	7,07	6,97	6,92	6,91	6,95	6,94	7,09	7,14	7,33	7,10
Paraná	5,70	5,71	5,64	5,83	5,95	5,86	5,87	5,98	6,44	6,31
Bahia	3,75	3,84	3,89	3,86	3,93	3,94	3,92	4,11	4,01	4,07
Santa Catarina	3,43	3,54	3,53	3,45	3,49	3,67	3,74	3,77	3,93	3,99
Distrito Federal	4,41	4,58	4,66	4,83	4,57	3,94	3,96	3,80	3,71	3,64
Goiás	2,05	2,10	2,11	2,16	2,08	2,23	2,30	2,53	2,52	2,47
Pernambuco	2,30	2,37	2,34	2,38	2,34	2,29	2,32	2,39	2,31	2,27
Outros	14,16	14,40	14,23	14,29	14,33	14,79	14,97	15,42	15,82	16,39

FONTE: IBGE / Elaboração própria

Figura 1: **Varição do Nº de empregos por Setor Econômico**



Fonte: RAIS

Em vários setores importantes da indústria ocorreu um processo de obsolescência tecnológica, acarretando um sucateamento do parque industrial, tendo em vista a emergência dos novos padrões de produção e da divisão internacional do trabalho, que já se faziam presentes na época.

Vale ressaltar que no início da década de 90, uma boa parte da indústria brasileira, em comparação com os padrões internacionais, ainda operava com equipamentos e instalações tecnologicamente defasadas, apresentava deficiências nas tecnologias de processo, exibia atraso quanto às tecnologias de produto e aplicava pequena fração do faturamento em atividades de P&D. Conforme salientado por Suzigam (1992, p.34)

Os avanços e atrasos tecnológicos da indústria brasileira vêm sendo avaliados por meio de estudos setoriais, que, utilizando indicadores quantitativos e qualitativos, fornecem um diagnóstico sobre o nível atual de desenvolvimento alcançado pelos diversos segmentos industriais, em comparação com os padrões internacionais. De um modo geral, essas avaliações mostram que o setor industrial brasileiro apresenta uma nítida defasagem tecnológica nos equipamentos e nas tecnologias de processo e de produto, lenta difusão de novas formas de organização e gestão da produção e do trabalho e níveis reduzidos de gastos em atividades de P&D. Em consequência, a indústria opera com custos elevados e baixos níveis de produtividade e de competitividade. A exceção fica por conta dos segmentos voltados para a exportação e de parte da indústria de informática.

Vários setores e ramos da atividade industrial, principalmente aqueles relativos às tecnologias de ponta (microeletrônica/ informática/ automação, biotecnologia, química fina e mecânica de precisão), tinham sua dinâmica definida a partir de padrões globais de desempenho e qualidade.

Sob o novo paradigma tecnológico baseado na microeletrônica, predominavam empresas com plantas fabris menores (*estruturas enxutas*) e com maior flexibilidade em seus processos de produção, tendo em vista o rápido atendimento da demanda em mercados cada vez mais dinâmicos e integrados em nível mundial. Tais empresas passaram a apresentar, também, um novo conceito de eficiência organizacional, predominando a integração das várias funções e áreas por meio de um amplo sistema de informações, agilizando toda a comunicação interna e externa à empresa.

Portanto, nos anos 90, os impactos das inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais começaram a afetar um número muito maior de trabalhadores. Em razão das exigências de qualidade e produtividade e da pressão

por redução de custos, o maior desafio para as empresas passou a ser a flexibilidade produtiva, as empresas procuram organizar a produção e o trabalho de tal forma que, uma planta industrial seja capaz de produzir uma gama cada vez maior de produtos numa mesma linha de produção e, ter a capacidade de enfrentar as oscilações de mercado.

A partir disso podemos descrever as principais ações decorrentes dessa reestruturação como:

- a) a concentração nas linhas de produtos competitivos;
- b) a redução do escopo das atividades industriais realizadas internamente à empresa;
- c) a descentralização produtiva, voltada para a desverticalização da empresa e para a externalização de atividades através da "terceirização";
- d) a compactação dos processos produtivos com corte substancial do emprego; e
- e) a implantação de inovações tecnológicas como a automação.

### 3.2 ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS

Segundo ainda o IPEA (2001), as indústrias brasileiras possuem sua subdivisão, através de suas estratégias competitivas, que podem ser interpretadas em três categorias:

- a) Firms que inovam e diferenciam produtos (1): são aquelas que realizaram inovação de produto para o mercado e são, portanto, as firmas que adotam estratégias competitivas mais vantajosas, tendendo a criar mais valor, e compõem o segmento mais dinâmico, e que tende a capturar parcela maior da renda gerada pela indústria, pois possui tecnologia avançada e ligada ao processo de inovação tecnológica, integrada com centros universitários, com força de trabalho qualificada e um sistema organizacional que integra as empresas;
- b) Firms especializadas em produtos padronizados (2): cuja estratégia competitiva impõe que o foco de sua atuação seja a redução de custos, sendo assim tendem a ser atualizadas do ponto de vista de características operacionais como fabricação, gestão da produção, gestão da qualidade de

conformação e logística, que são imperativos para sustentação de custos relativamente mais baixos, mas na média estão defasadas, relativamente à categoria anterior, no que se refere a outras armas da competição, como P&D, *marketing* e gerenciamento de marcas.

c) Firmas que não diferenciam produtos e têm produtividade menor (3): engloba empresas tipicamente não-exportadoras, menores, que podem, inclusive, inovar mas são menos eficientes nos mais variados sentidos, e que se mostram capazes de captar espaços em mercados menos dinâmicos através de baixos preços e outras possíveis vantagens, em síntese são indústrias tradicionais, que possuem fornecedores e clientes na mesma região, com baixo grau de integração e carente de infra-estrutura e serviços.

Tabela 2: **Distribuição das Indústrias de acordo com sua Estratégia Competitiva**

Estratégia Competitiva	Nacionais	Internacionais
<b>(1) Inovam e diferenciam produtos</b>	808	396
<b>(2) Especializadas em produtos padronizados</b>	14.214	1.097
<b>(3) Não diferenciam produtos e têm produtividade menor</b>	55.372	118
<b>TOTAL</b>	<b>70.394</b>	<b>1.611</b>

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pintec 2000. Elaboração: IPEA/DISET

Com base nas informações da Tabela 1, observa-se que 80% das firmas nacionais se enquadram no grupo 3, ou seja, não diferenciam produtos e têm produtividade menor, e que em síntese são para abastecer o consumo do mercado interno, e que 1% das firmas nacionais, inovam e diferenciam produtos, sendo assim, potenciais exportadoras. Valor esse que aumenta exponencialmente quando se trata de firmas internacionais (multinacionais) enquadradas no mesmo grupo, que representam cerca de 25% do total de firmas internacionais, mostrando assim, que o processo de inovação tecnológica decorrente da reorganização industrial, atingiu uma pequena parte das indústrias nacionais.

#### **4. A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A economia do antigo estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, foi muito afetada nos anos 60, com a perda da capital nacional para Brasília, e posteriormente com as mudanças ocorridas no sistema capitalista, como a reestruturação produtiva, a ascensão do neoliberalismo e a crescente globalização.

O Estado do Rio de Janeiro que se caracterizava por um modelo de industrialização fortemente concentrado na sua Região Metropolitana e na manutenção de setores tradicionais, que foram aos poucos se tornando obsoletos, e assim bastante impactados por estas transformações, pois, outros estados como São Paulo e Minas Gerais, desenvolveram parques industriais modernos e dinâmicos, passando a apresentar maiores taxas de crescimento.

Foi a partir disso, que começaram a surgir propostas para amenizar as perdas obtidas pelo Estado, e uma delas foi a construção de um complexo industrial, para que pudesse competir com São Paulo, assim surgindo novos pólos de destaque econômico no interior fluminense, ligados à modernização e crescimento de importantes setores produtivos.

Em meados dos anos 70, com apoio e bastante investimento do governo federal, o Rio de Janeiro voltou a crescer, possuindo taxas de crescimento maior inclusive que a nacional. Mas com isso o Estado acabou se tornando muito dependente economicamente ao Governo Federal, e com a crise no final dos anos 80, passou a apresentar pequenas taxas de crescimento no PIB, fato esse que se perdurou até os anos 90, quando voltou a apresentar crescimento econômico importante.

##### **4.1 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS**

O Estado do Rio de Janeiro possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, calculado em R\$ 275,4 bilhões em 2006, abaixo somente do Estado de São Paulo que atingiu R\$ 802,6 bilhões.

Em termos relativos, o PIB do Rio de Janeiro em preços correntes, cresceu entre 1999-2006 (Tabela 3), à taxa média de variação anual da ordem de 8,86% frente á de 8,64% de São Paulo.

O PIB brasileiro atingiu R\$ 2,3 trilhões, e isso representa uma variação anual entre 8,97% durante o mesmo período, já a Região Sudeste que tem uma participação de 57% do PIB nacional, obteve uma taxa média de variação de 8,71%, atingindo R\$ 1,3 trilhão.

Tabela 3: **Produto Interno Bruto (em bilhões)**

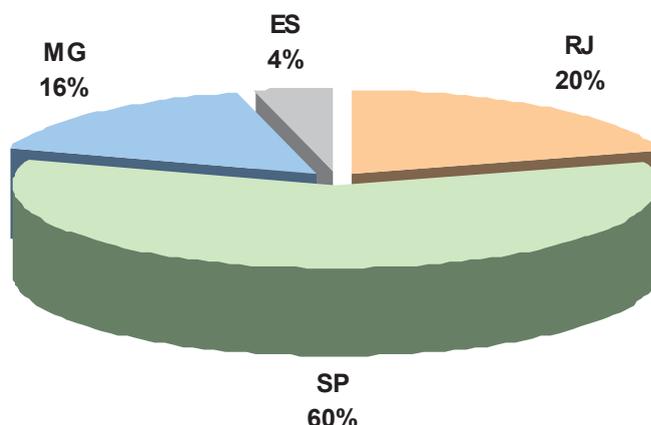
UF	Especificação	ANO							
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BRASIL	Preços correntes	973,8	1.101,3	1.198,7	1.346,0	1.699,9	1.941,5	2.147,2	2.369,8
	Variação (%)		8,68	5,99	8,19	16,43	9,38	7,12	6,97
Sudeste	Preços correntes	567,2	636,4	684,7	758,4	947,7	1.084,0	1.213,9	1.345,5
	Variação (%)		8,13	5,17	7,22	15,70	9,48	7,99	7,27
Rio de Janeiro	<b>Preços correntes</b>	<b>114,4</b>	<b>137,9</b>	<b>148,0</b>	<b>170,1</b>	<b>188,0</b>	<b>222,9</b>	<b>247,0</b>	<b>275,4</b>
	<b>Variação (%)</b>		<b>13,15</b>	<b>5,02</b>	<b>9,82</b>	<b>7,07</b>	<b>12,02</b>	<b>7,24</b>	<b>7,67</b>
São Paulo	Preços correntes	340,3	370,8	400,6	438,1	579,8	643,5	727,0	802,6
	Variação (%)		6,07	5,46	6,33	19,68	7,36	8,62	6,99
Minas Gerais	Preços correntes	93,7	106,2	113,5	125,4	148,8	177,3	192,6	214,8
	Variação (%)		8,79	4,74	7,02	12,09	12,36	5,85	7,70
Espírito Santo	Preços correntes	18,8	21,5	22,5	24,7	31,1	40,2	47,2	52,8
	Variação (%)		9,68	3,23	6,54	16,07	18,16	11,33	7,86

FONTE: IBGE / Elaboração própria

O Rio de Janeiro em 2006 teve participação de 20% do PIB na Região Sudeste (Figura 1), ou seja, cerca de 1/3 (um terço) da participação de São Paulo, com o Estado de Minas Gerais e Espírito Santo participando com 16% e 4%, respectivamente.

Em termos de PIB nacional, cerca de 45% são produzidos por Rio de Janeiro e São Paulo, pouco menos da metade da somatória do que é produzido entre os outros 24 estados e Distrito Federal, porém o maior dinamismo na economia nacional, acarreta numa redução contínua desses dois estados, já que em 1999 a somatória das participação dos mesmos chegou em 48%.

Figura 2: **Participação (%) dos Estados no PIB da Região Sudeste - 2006**

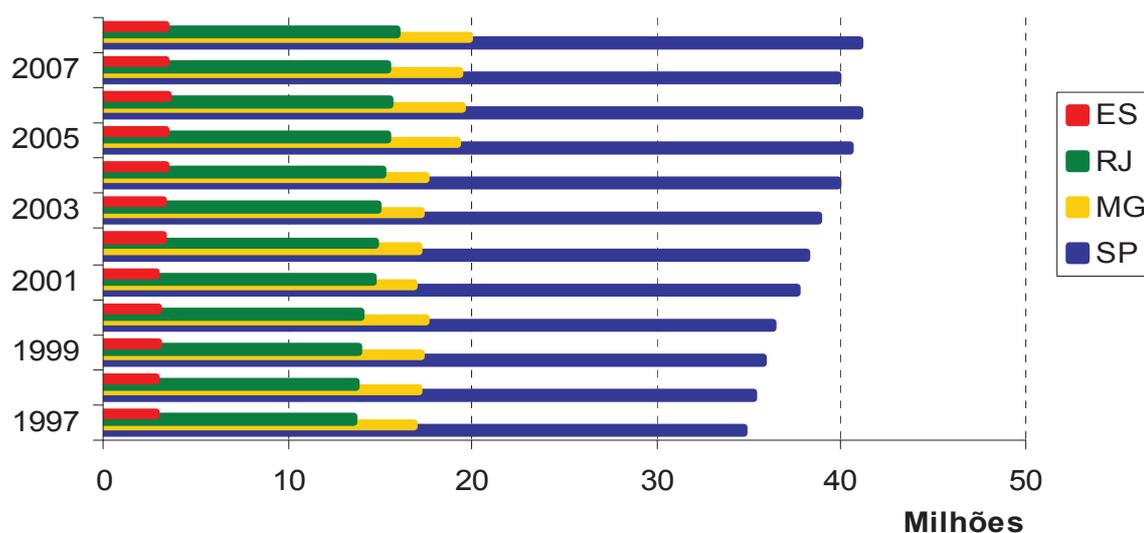


FONTE: IBGE / Elaboração própria

Em questões populacionais, a taxa de crescimento populacional do Rio de Janeiro foi a menor em comparação com os outros Estados da Região no período entre 1997-2008 (Figura 2), com uma taxa de variação média anual em 1,45%.

Em 2008 a população do estado do Rio de Janeiro era estimada em 15,9 milhões de habitantes distribuídas entre seus 92 municípios, enquanto Minas Gerais com uma população estimada em 19,5 milhões de habitantes possui 853 municípios (ver tabela em anexo I).

Figura 3: **População Estimada**



FONTE: IBGE / Elaboração própria

O produto interno bruto *per capita* é o resultado da divisão do PIB pela população, em igual período, sendo um importante indicador da renda e do desenvolvimento econômico de uma região.

O PIB *per capita* do Rio de Janeiro em 2006 (Tabela 4) foi de R\$17.695, pouco menor que o registrado em São Paulo que ficou em R\$19.548, vale ressaltar que em 2002 o Rio de Janeiro conseguiu superar São Paulo nesse indicador.

Tabela 4: **Produto Interno Bruto *per capita***

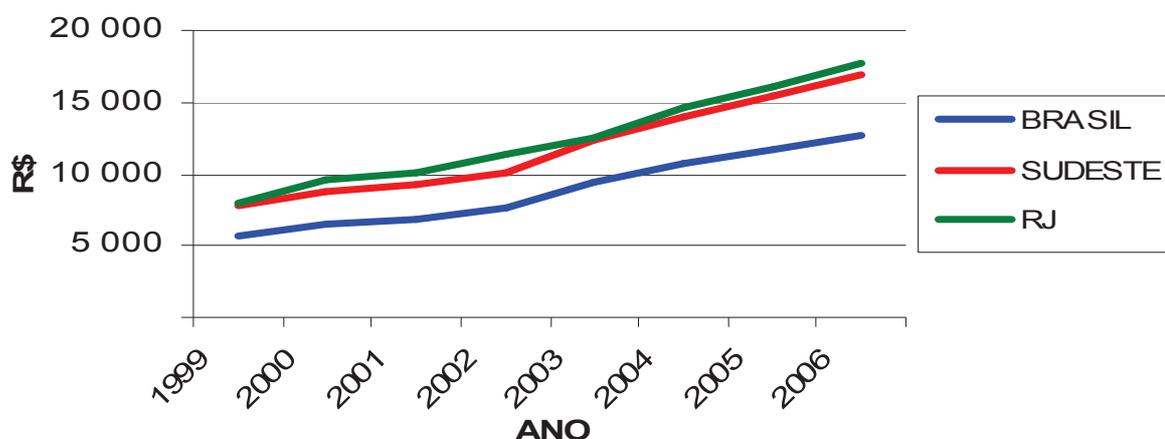
UF	Especificação	ANO							
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BRASIL	Per capita	5.771	6.430	6.896	7.631	9.498	10.692	11.658	12.688
	Variação (%)		7,64	4,95	7,16	15,41	8,36	6,11	5,98
Sudeste	Per capita	7.881	8.713	9.240	10.086	12.424	14.009	15.469	16.912
	Variação (%)		7,09	4,15	6,19	14,69	8,48	7,00	6,30
Rio de Janeiro	Per capita	<b>7.991</b>	<b>9.513</b>	<b>10.092</b>	<b>11.459</b>	<b>12.514</b>	<b>14.664</b>	<b>16.057</b>	<b>17.695</b>
	Variação (%)		<b>12,30</b>	<b>4,18</b>	<b>8,97</b>	<b>6,22</b>	<b>11,19</b>	<b>6,41</b>	<b>6,86</b>
São Paulo	Per capita	9.251	9.919	10.547	11.353	14.788	16.158	17.976	19.548
	Variação (%)		4,93	4,34	5,20	18,58	6,26	7,53	5,92
Minas Gerais	Per capita	5.269	5.888	6.215	6.775	7.937	9.336	10.014	11.028
	Variação (%)		7,85	3,82	6,10	11,17	11,45	4,96	6,82
Espírito Santo	Per capita	6.106	6.880	7.078	7.631	9.425	11.998	13.855	15.236
	Variação (%)		8,43	2,01	5,32	14,88	16,99	10,16	6,71

FONTE: IBGE / Elaboração própria

Em termos relativos, o PIB *per capita* no Rio de Janeiro, cresceu entre 1999-2006, cerca de 8,02% em variação média anual, acima de São Paulo que registrou 7,54%, Região Sudeste com 7,70%, e do Brasil com variação média anual de 7,94% nesse indicador.

Num comparativo com a Região Sudeste e o Brasil, o PIB *per capita* do Rio de Janeiro, esteve acima em todos os anos analisados, mantendo uma tendência de crescimento, assim como demonstra o gráfico a seguir.

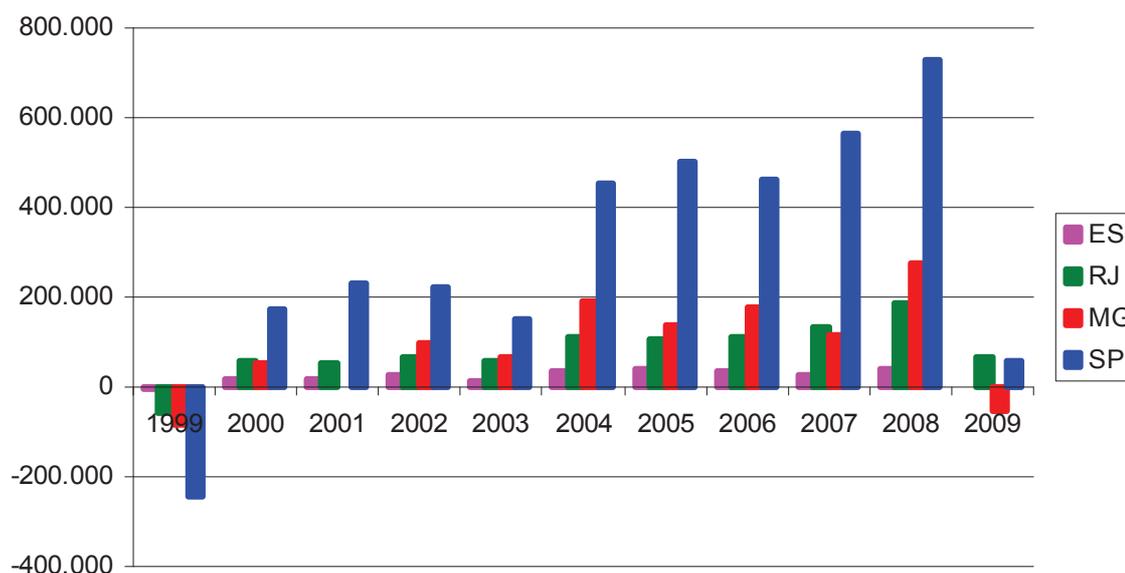
Figura 4: **Produto Interno Bruto (per capita)**



FONTE: IBGE / Elaboração própria

No que diz respeito à mercado de trabalho, a evolução do emprego formal no Rio de Janeiro, mostra que o saldo entre admissões e demissões ocorridas durante o período analisado (acumulado de setembro/1999 à acumulado de setembro/2009), está abaixo dos números registrados em Minas Gerais. Durante esse período, o Rio de Janeiro foi responsável por cerca de 16,5% da criação de novos postos de emprego, contra 18,2% de Minas Gerais, 60,8% de São Paulo, e 4,5% do Espírito Santo.

Figura 5: **Evolução do Emprego Formal**

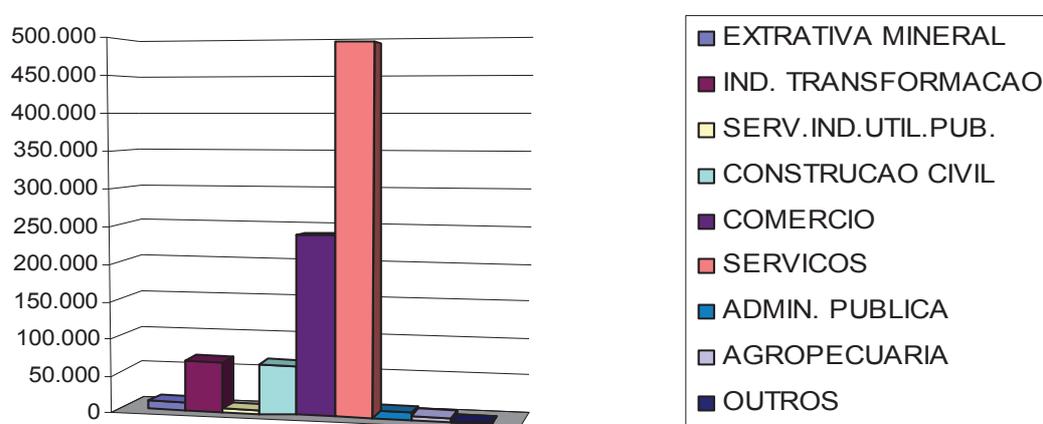


\*VALORES REFERENTES AO ACUMULADO DE SETEMBRO.

FONTE: MTE-CAGED / Elaboração própria

Em 2009, o desempenho econômico de toda Região Sudeste foi afetada pela crise financeira mundial, desse modo ocorreu um saldo de aproximadamente 68 mil admissões sobre os desligamentos no mercado formal no Estado do Rio de Janeiro, valor esse 63% menor que o registrado no ano anterior, porém maior que todos registrados nos outros estados da Região.

Figura 6: **Emprego formal por nível setorial no Estado do Rio de Janeiro (acum. Set/1999 à set/2009)**



FONTE: MTE-CAGED / Elaboração própria

Considerando o desempenho do Estado por atividade econômica, os destaques ficaram por conta do setor de serviços e comércio, com respectivamente, 492.879 e 240.755 novas vagas no período acumulado entre setembro de 1999 e setembro de 2009. Na indústria de transformação, que aparece em terceiro lugar na geração de empregos no Estado (67.783), os principais contratantes foram os setores metalúrgico, têxtil do vestuário, alimentos e bebidas.

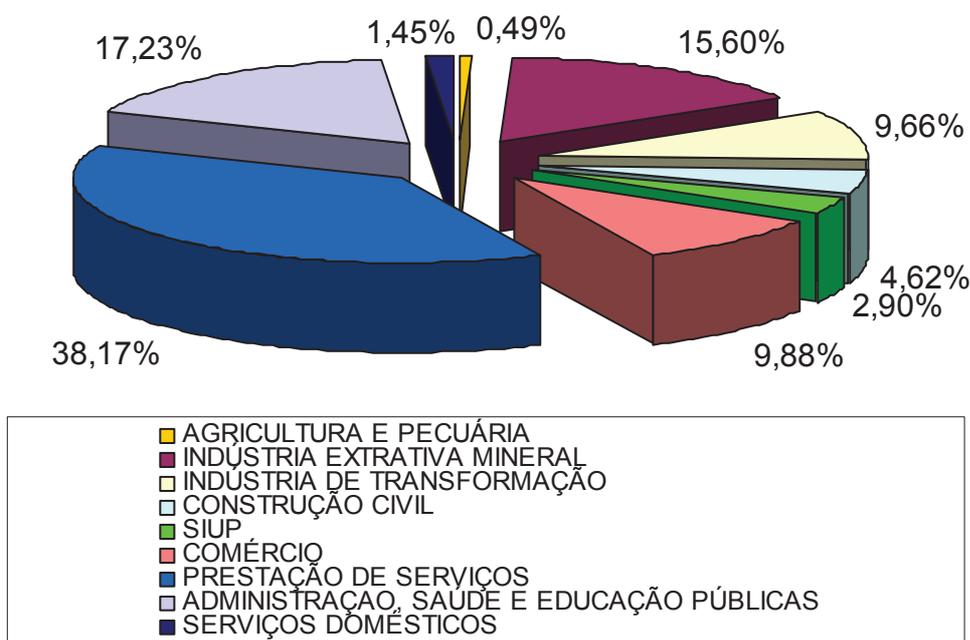
#### 4.2 A DINÂMICA ECONÔMICA

O atual crescimento econômico que se observa no Rio de Janeiro se deve principalmente ao crescimento da Indústria Extrativa Mineral, já que o estado é o maior produtor de petróleo e gás natural do Brasil.

Mas o Estado também possui outros grandes setores em crescimento como, por exemplo, o setor de serviços, já que é considerado a capital das

telecomunicações, como também o setor de Comércio, já que sedia as grandes redes de varejo do país, demonstrando assim uma perspectiva de interiorização e principalmente de dinamismo econômico. E são exatamente esses dois setores que juntos totalizam uma participação com cerca de 48% no Valor Adicionado do Estado.

Figura 7: **Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado do Estado do Rio de Janeiro em 2006**



FONTE: IBGE / Elaboração própria

No período analisado entre 2002-2006, observa-se uma ascensão maior do setor de extração mineral, com um crescimento relativo anual médio de 38,9%, e passando a participar com 15,6% do valor adicionado no Estado, quando em 2002 possuía apenas 6,9% de participação.

Outro setor que vem aumentando sua participação é o de Serviços industriais de utilidade pública (SIUP), que obteve um crescimento relativo anual médio de 17,9%, o segundo maior do período analisado, e no ano de 2006 passou a participar em 2,9% do valor adicionado estadual, como também a Indústria de transformação que obteve um crescimento relativo médio anual de 14,8% acima da média estadual que ficou em 12,25%.

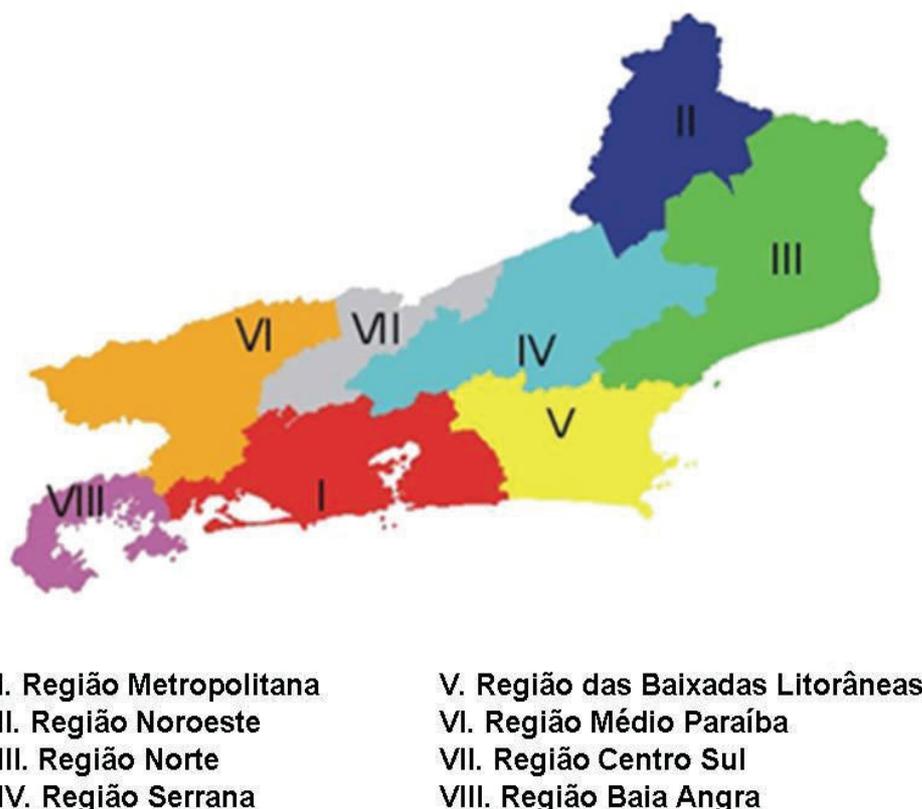
Já o setor de Serviços, principal do Estado, teve um crescimento relativo médio anual de 8,3% - acima somente do setor de Construção Civil com 6,4% - e no

ano de 2006 obteve uma participação de 38,17% no valor adicionado estadual, cerca de R\$ 89,2 bilhões (ver tabela em Anexo II).

#### 4.3 DIVISÃO TERRITORIAL

O Estado do Rio de Janeiro está dividido em 8 Regiões ( Metropolitana, Noroeste, Norte, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro Sul e Baía Angra), nas quais estão distribuídas os 92 municípios, ocupando uma área total de 43.696,054 km<sup>2</sup>, maior apenas que os Estados de Alagoas e Sergipe, e o Distrito Federal.

Figura 8: **Mapa do Estado do Rio de Janeiro**



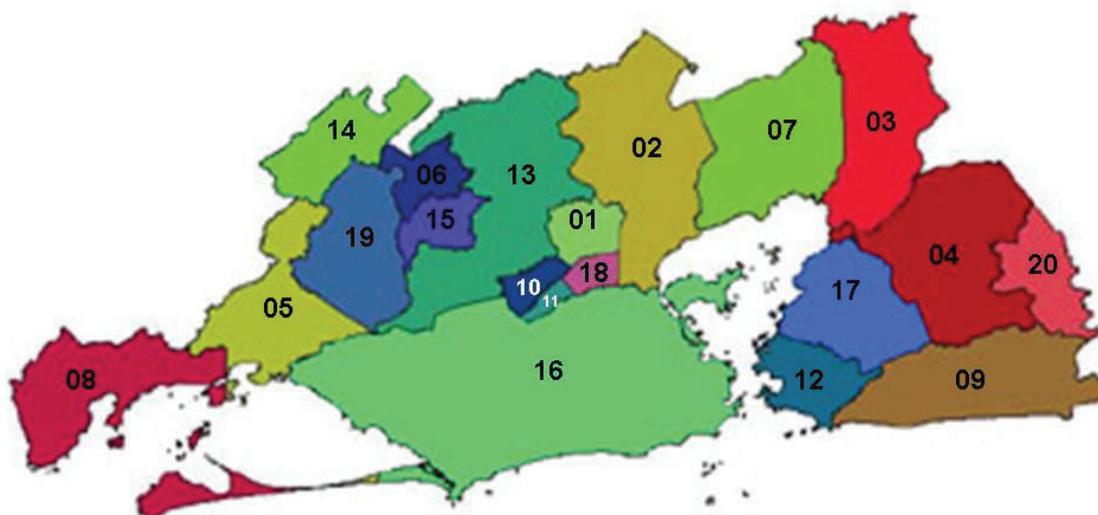
Nos últimos anos houve algumas modificações referentes aos limites de cada região no estado, com isso o município de Mangaratiba em julho de 2002, passou a integrar a Região Costa Verde (antiga Baía Angra) como também o município de Maricá em outubro de 2001, passou a integrar a Região das Baixadas Litorâneas.

Entretanto devido a fins estatísticos vamos utilizar a antiga divisão territorial do Estado, de acordo com dados do IBGE.

#### 4.4 A ESPACIALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui 20 municípios, que estão distribuídos numa área total de 5.645 km<sup>2</sup>, sendo assim é a segunda maior área metropolitana do Brasil.

Figura 9: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ



01. Belford Roxo	08. Mangaratiba	15. Queimados
02. Duque de Caxias	09. Maricá	16. Rio de Janeiro
03. Guapimirim	10. Mesquita	17. São Gonçalo
04. Itaboraí	11. Nilópolis	18. São João de Meriti
05. Itaguaí	12. Niterói	19. Seropédica
06. Japeri	13. Nova Iguaçu	20. Tanguá
07. Magé	14. Paracambi	

A RMRJ apresenta um PIB a preços correntes estimado 187,4 bilhões em 2006, com destaque para os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu, e concentrando no total cerca de 68% da riqueza produzida no Estado, e isso se deve principalmente, por possuir o segundo maior pólo industrial do Brasil, localizado na Baixada Fluminense.

Em termos relativos, o PIB da Região Metropolitana a preços correntes, cresceu entre 1999-2006, à taxa média de variação anual da ordem de 13,2%

abaixo somente das Regiões Norte, das Baixadas Litorâneas e Baía Angra, confirmando assim, a expansão da Indústria Extrativa Mineral no Estado presente de maneira expressiva nas 3 (três) regiões que lideraram o *ranking*.

A RMRJ possui também um PIB *per capita* estimado em R\$ 16.284, valor esse menor que o registrado para o Estado, e abaixo das Regiões Norte (R\$ 44.627), das Baixadas Litorâneas (R\$ 27.369), Médio Paraíba (R\$19.394) e Baía Angra (R\$ 21.166).

Tabela 5: **Produto Interno Bruto das Regiões do Estado do Rio de Janeiro**

REGIÃO	Especificação	ANO							
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
METROPOLITANA	Preços correntes*	80,6	89,6	94,4	101,8	138,1	162,7	174,4	187,4
	Per capita	7.431	8.170	8.651	9.226	12.388	14.431	15.312	16.284
NOROESTE	Preços correntes*	1,8	2,6	2,7	3,3	2,0	2,3	2,9	2,9
	Per capita	6.153	8.639	9.071	10.871	6.494	7.255	9.130	9.260
NORTE	Preços correntes*	9,2	16,5	18,8	25,0	15,8	18,5	25,2	34,1
	Per capita	13.288	23.412	26.242	34.588	21.527	24.825	33.410	44.627
SERRANA	Preços correntes*	5,2	6,4	6,5	7,5	6,9	7,7	8,2	9,4
	Per capita	6.920	8.411	8.453	9.667	8.817	9.740	10.386	11.750
BAIXADAS LITORÂNEAS	Preços correntes*	5,5	8,8	10,2	14,5	8,4	10,1	14,5	18,8
	Per capita	9.892	15.454	17.311	23.733	13.330	15.515	21.669	27.369
MÉDIO PARAIBA	Preços correntes*	9,6	11,2	12,3	14,1	13,2	17,0	15,8	16,5
	Per capita	12.315	14.182	15.386	17.437	16.055	20.489	18.713	19.394
CENTRO SUL	Preços correntes*	1,3	1,4	1,4	1,5	2,0	2,1	2,3	2,5
	Per capita	5.046	5.579	5.431	5.585	7.494	8.005	8.415	9.166
BAIA ANGRA	Preços correntes*	1,2	1,4	1,7	2,5	1,7	2,7	3,9	3,8
	Per capita	8.326	9.182	11.188	15.487	10.209	16.119	22.356	21.166

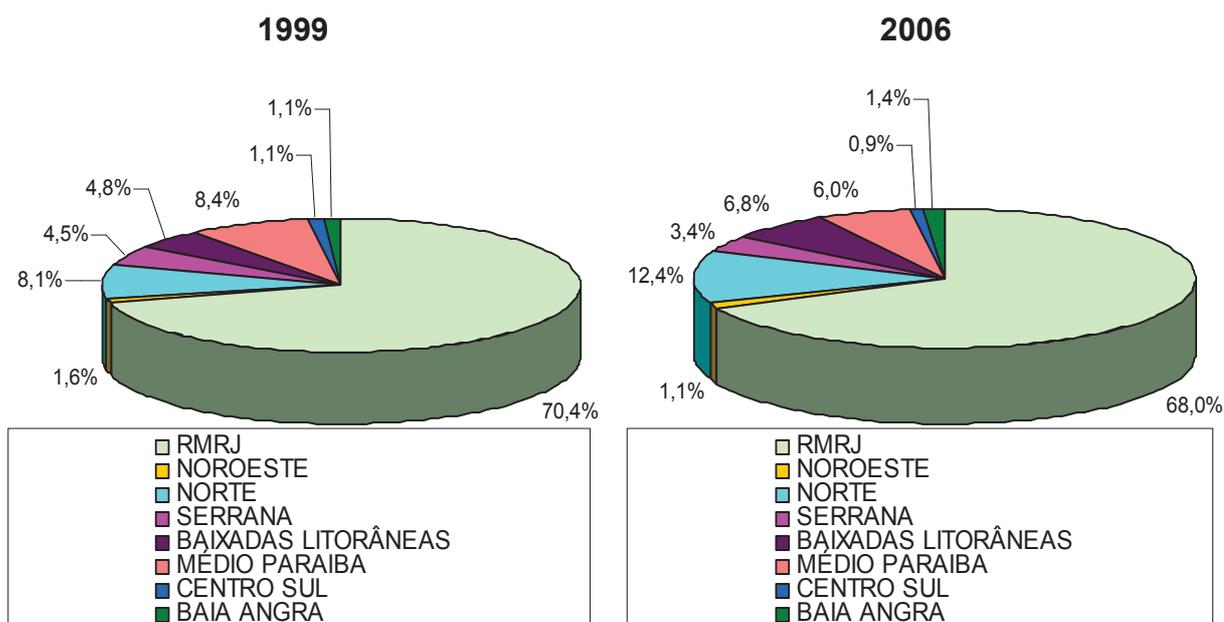
\* Preços correntes em bilhões (R\$).  
 FONTE: IBGE / Elaboração própria.

Os dados obtidos demonstram que a economia do estado do Rio de Janeiro é muita concentrada na Região Metropolitana, principalmente na Capital, o que a

difere da economia de estados economicamente importantes das regiões sul e sudeste, que apresentam melhor distribuição regional da atividade econômica. Porém, nos últimos anos tem se observado uma transformação em sua espacialização do mercado de trabalho como também em seu perfil econômico, com a maior ascensão da Região Norte, através da extração mineral, enquanto a capital vai se tornando um pólo do setor de serviços especializados. Para Lessa (2000, p. 435):

Não tendo sido sede da industrialização pesada, o Rio, tendo na atualidade variados serviços urbanos, sofisticado complexo cultural e uma posição relativa avançada na educação e P&D, seria uma metrópole *avant la lettre* da pós-modernidade.

Figura 10: **Participação (%) no PIB das Regiões em relação ao Estado do Rio de Janeiro**



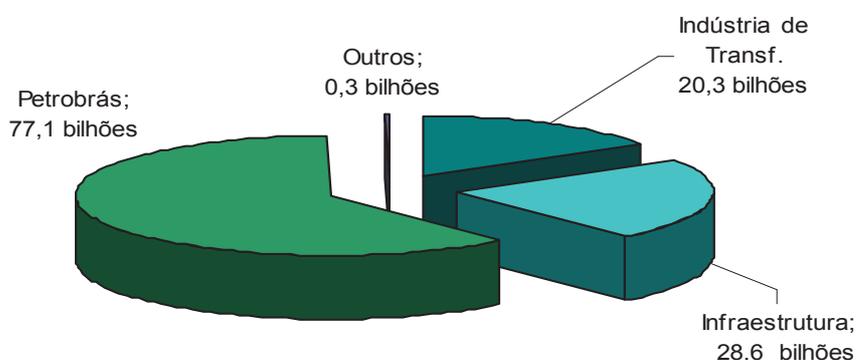
FONTE: IBGE / Elaboração própria

Em 2006, somente a Capital concentrava 46,5% de participação total no PIB a preços correntes do estado, valor maior que a somatória de todas as Regiões, que juntas participaram com 32% do PIB. Porém, os números demonstram um movimento de interiorização da economia, quando em 1999 somente a Capital participava em 47,3% na formação do PIB e as outras Regiões somadas participavam com cerca de 29,6%.

## 4.5 INVESTIMENTOS

Passados quase meio século do esvaziamento político e econômico, o Rio de Janeiro dá sinais de reencontrar suas potencialidades e tendências, redefinindo seu papel na federação brasileira. Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro passa por uma fase de grandes investimentos, que chegam a R\$ 126,3 bilhões previstos para os próximos 3 anos (2010 – 2012), distribuídos entre os setores de atividade de acordo com o gráfico abaixo:

Figura 11: **Investimentos por setor de atividade**



FONTE: SISTEMA FIRJAN

Cerca de 16% desses investimentos, serão destinados a Indústria de Transformação, com destaque principal para segmento de petroquímica que além da instalação do Pólo Gás químico e a REDUC em Duque de Caxias, criando centenas de empregos diretos e indiretos, e atraindo também outros empreendimentos ligados a indústria química, haverá a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro(Comperj) em Itaboraí.

Já o setor de infraestrutura receberá cerca de 22,6% do total de investimentos previstos, o destaque vai para área de logística, através do setor portuário fluminense, e dragagem do Porto de Itaguaí, dentre outras.

Os investimentos da Petrobras correspondem a aproximadamente 61% dos investimentos previstos para o Estado, com projetos distribuídos em diferentes áreas de atividade, como petroquímica, exploração e produção, biocombustíveis, entre outras, mas não detalhados pela empresa.

Os investimento do Governo Federal, 10º maior investimento no Estado, (ver em anexo III), através do Programa de Aceleração do Crescimento, que estabelece um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo, que objetivam um crescimento econômico de 5% ao ano num período de 4 anos, e cerca de 80% desses recursos, estão sendo destinados a Região Metropolitana, e isso se deve principalmente devido projetos de infra-estrutura energética, social e urbana.

Tabela 6: **Investimentos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento nas Regiões do Estado do Rio de Janeiro**

<b>REGIÃO</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
I. REGIÃO METROPOLITANA	1.016.427.390
II. REGIÃO NOROESTE	1.094.450
III. REGIÃO NORTE	11.773.080
IV. REGIÃO SERRANA	64.776.320
V. REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS	5.876.350
VI. REGIÃO MÉDIO PARAÍBA	124.591.450
VII. REGIÃO CENTRO SUL	5.973.440
VIII. REGIÃO BAÍA ANGRA	11.033.160
<b>TOTAL NO ESTADO</b>	<b>1.241.545.640</b>

FONTE: SECRETÁRIA DE ESTADO DE OBRAS

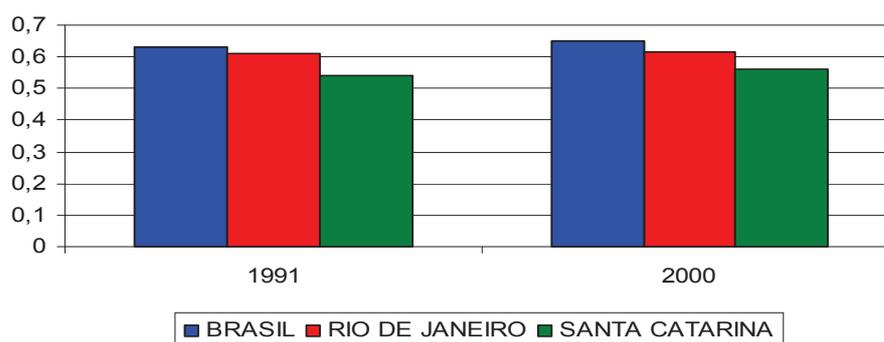
#### 4.6 RIO DE JANEIRO: DINÂMICA ECONÔMICA E DESIGUALDADE SOCIAL

Os grandes centros urbanos brasileiros têm sofrido graves problemas como violência, desemprego e surgimento de favelas, estes fenômenos estão associados às dificuldades de se imprimir um ritmo de desenvolvimento capaz de assegurar níveis satisfatórios de qualidade de vida para toda a população.

Apoiado em uma economia diversificada o Estado do Rio de Janeiro vive nos últimos anos um período de grande dinamismo. Sua economia, a segunda do país em termos de Produto Interno Bruto (PIB), atingiu valor superior a R\$ 275 bilhões

em 2006, e representando 11,6% da produção nacional, demonstrando um bom poderio econômico, porém, em contraste a isso, a desigualdade social no estado continua presente, e pode ser constatada através do índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, vale registrar que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

Figura 12: **Índice de Gini**



FONTE: IBGE / CENSO

O Estado nesse indicador ainda mantém um índice considerado alto, apesar da melhor posição em relação aos outros estados durante o período analisado, já que em 1991 o Rio de Janeiro ocupava a 11ª posição no país, com o índice estimado em 0,6069, enquanto que no ano de 2000, passou a ocupar a 7ª posição nacional, registrando um índice de 0,614, bem acima do estado de Santa Catarina, que possui o melhor índice com 0,56.

Já em relação aos indicadores que traçam a renda e pobreza do estado, de uma maneira geral, apresentaram melhoras em termos absolutos, registrando uma substancial redução no percentual de indigentes e de pobreza<sup>2</sup> durante o período analisado (1991 – 2000).

Tabela 7: **Indicadores de Renda e Pobreza**

INDICADOR	1991		2000	
	(%)	Posição	(%)	Posição
Percentual de pobreza	25,5	3	19,2	4
Percentual de Indigentes	9,2	3	7,9	5

FONTE: PNUD / ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

<sup>2</sup> Percentual de indigentes se enquadra os indivíduos que possuem renda per capita domiciliar de ¼ do salário mínimo, enquanto percentual de pobreza se enquadram indivíduos que possuem renda de ½ salário mínimo.

Apesar da perda de posições para outros estados nos dois indicadores analisados, os números registrados são satisfatórios quando comparados ao Brasil, que em 1991 apresentou um percentual de indigentes de 20,24% e de pobres em 40,08%, enquanto que em 2000, o percentual de indigentes diminuiu para 16,32% e pobres para 32,75%, índices bem acima dos registrados no estado.

#### 4.6.1 Condições de vida: o desenvolvimento humano fluminense

Várias vezes confundem-se o crescimento econômico com a idéia de melhorias nas condições de vida de um município, e nem sempre isso é verdadeiro. O nível de condição de vida pode ser medido por três indicadores:

- a quantidade de riqueza e/ou renda média de uma população;
- o acesso a educação e taxa de alfabetização dessa sociedade;
- a expectativa de vida, medindo a longevidade da população.

A combinação desses 3 (três) indicadores resulta no chamado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Tabela 8: **Indicadores de Desenvolvimento Humano no Estado do Rio de Janeiro**

INDICADOR	1991		2000	
	Índice	Posição	Índice	Posição
<b>IDH- Municipal</b>	0,753	3	0,807	5
<b>Renda</b>	0,731	3	0,779	3
<b>Longevidade</b>	0,69	6	0,74	9
<b>Educação</b>	0,837	3	0,902	4

FONTE: PNUD / ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Rio de Janeiro cresceu 7,17%, passando de 0,753 em 1991 para 0,807 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com

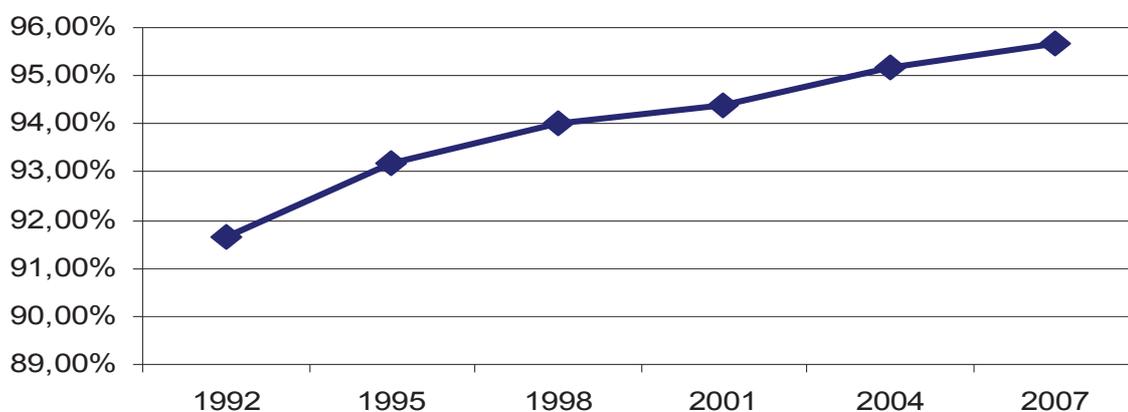
39,9%, seguida pela Longevidade, com 30,7% e pela Renda, com 29,4%.

O estado manteve índices acima do registrado no país, que em 1991 era 0,696 e no ano de 2000 foi registrado 0,7666. O município de Niterói possui o melhor índice de desenvolvimento humano municipal do país com um valor de 0,886 em 2000, enquanto municípios do Noroeste Fluminense apresentaram os piores resultados do estado.

E em relações a posições ocupadas em cada indicador, exceto em renda que manteve a mesma posição, todos os outros obteve perda para outros estados, a maior delas em Longevidade apesar de ter apresentado um crescimento de 7,25% nesse indicador. O maior crescimento ficou por conta da Educação, com um acréscimo de 7,76% em relação ao período anterior.

Isso se deve principalmente a melhoria na taxa de alfabetização que avalia o percentual de pessoas com capacidade de ler e escrever.

Figura 13: **Taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais no estado do Rio de Janeiro**



FONTE: IBGE /PNAD

Assim demonstra que o crescimento econômico que o Estado vem apresentando nos últimos anos reduziu a desigualdade do grau de desenvolvimento entre os municípios fluminense, mas apesar do diagnóstico favorável a desigualdade entre os municípios continua grande.

O alto desenvolvimento está concentrado em alguns municípios das Regiões Metropolitana, Norte e Sul Fluminense, enquanto municípios do Noroeste Fluminense apresentam resultado regular.

## 5. CONCLUSÃO

As profundas transformações que a economia brasileira passou na década de 90, com os governos adotando um modelo de desenvolvimento econômico baseado em privatização de empresas públicas, maior abertura comercial e financeira para o capital estrangeiro e dentre outras medidas, que resultaram na reestruturação da indústria nacional, tiveram impactos na geração de emprego e na espacialização produtiva do país, com a desconcentração regional.

O estado do Rio de Janeiro sofreu os impactos dessas várias políticas adotadas nos anos 90, reestruturando e dinamizando sua economia, antes concentrada apenas em sua Região Metropolitana. Vale registrar que durante esse período, o Rio de Janeiro apresentou maior crescimento médio nos principais indicadores econômicos, comparados com os demais estados da Região Sudeste, demonstrando o momento próspero em sua economia.

A Região Norte fluminense, através do município de Macaé, polarizou esse crescimento, sendo detentora do maior crescimento médio do estado, e isso se deve principalmente ao fato, do grande crescimento com que a indústria extrativa mineral após a quebra monopólio da Petrobrás vem passando, e de certa forma esvaziando economicamente a Região Metropolitana, que por sua vez continua a ser a maior provedora de recursos do estado, apesar da intensa mudança em seu perfil econômico, com a cidade do Rio de Janeiro se transformando cada vez mais em um pólo prestador de serviços, enquanto a baixada fluminense tem aumentado a participação na indústria.

Todo esse crescimento de certa forma melhorou as condições de vida da população no estado, apresentando relativo progresso na taxas de desenvolvimento humano (renda, longevidade e educação) melhorando os índices de pobreza e indigência, e praticamente mantendo o índice que analise a desigualdade na distribuição de renda.

Por fim, conclui-se que apesar de todo esse movimento de progresso constatado no estado, a dinamização total da economia estadual está longe de ocorrer, e que grande parte dos municípios do estado ainda sofre com os altos índices de pobreza e de indigência, e desigualdade na distribuição de renda.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**, 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARROS, José Roberto Mendonça de; GOLDENSTEIN, Lídia. **Economia competitiva, solução para a vulnerabilidade** in O Brasil e o mundo no limiar do novo século – volume II, Rio de Janeiro, 1998.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomics**, 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?**. na Aula Magna do XVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC em Brasília 1990 e posteriormente publicados na revista "PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÓMICO", v.21, nº1, Abril de 1991.

CASTRO, A Barros de. **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação** in Revista de Economia Política. São Paulo, v. 21, n. 3 (83), p. 3-26, jul-set. 2001.

DE NEGRI, João Alberto e SALERNO, Maria Sérgio. **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/contasregionais>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa Populacional**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto Municípios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios>

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <http://estatistica.caged.gov.br/consulta>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>

MOARES, Reginaldo Carmello. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**. São Paulo: SENAC, 2001.

PAYER, Cheryl. **As Causas da Crise da Dívida**. In BRESSER PEREIRA, Luiz. Dívida Externa: Crise e Soluções. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POCHMANN, M. A crise do emprego no Brasil. In **Crise e reestruturação econômica na América Latina**. Viçosa, MG: Departamento de Economia Rural - DER da Universidade Federal de Viçosa – UFV, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus Malefícios**. A promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

SUZIGAN, W. **A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial**. Campinas, IE/UNICAMP, 1992.

TEIXEIRA, F.J.S. (org.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. Fortaleza, Cortez /UECE, 1996.

## 7. ANEXOS

### ANEXO I

POPULAÇÃO ESTIMADA				
ANO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO
1997	13.555.657	34.752.225	16.904.977	2.853.098
1998	13.681.410	35.284.072	17.100.314	2.895.547
1999	13.807.358	35.816.740	17.295.955	2.938.062
2000	13.933.756	36.351.316	17.492.296	2.980.729
2001	14.558.545	37.630.106	16.904.977	2.853.098
2002	14.724.475	38.177.742	17.100.314	3.201.722
2003	14.879.118	38.709.320	17.295.955	3.250.219
2004	15.203.750	39.825.226	17.492.296	3.352.024
2005	15.383.407	40.442.795	19.237.450	3.408.365
2006	15.561.720	41.055.734	19.479.356	3.464.285
2007	15.420.450	39.827.690	19.273.533	3.351.669
2008	15.872.362	41.011.635	19.850.072	3.453.648
Nº DE MUNICÍPIOS	92	645	853	78

FONTE: IBGE

ANEXO II

<b>VALOR ADICIONADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>					
<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
AGRICULTURA E PECUÁRIA	801	904	1.114	1.073	1.152
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	10.184	12.974	14.991	25.090	36.466
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	13.449	16.426	22.203	21.346	22.582
CONSTRUÇÃO CIVIL	8.660	9.082	11.479	10.522	10.793
SIUP	3.519	4.073	4.984	6.016	6.791
COMÉRCIO	15.025	15.368	18.167	18.987	23.092
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	64.958	71.373	76.446	85.592	89.254
ADM. SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS	28.532	30.705	33.487	37.016	40.290
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2.159	2.392	2.758	2.864	3.392
<b>TOTAL</b>	<b>147.287</b>	<b>163.299</b>	<b>185.629</b>	<b>208.508</b>	<b>233.814</b>

FONTE: IBGE

## ANEXO III

<b>Dez maiores investimentos previstos para o período 2010-2012</b>				
<b>NVESTIMENTO</b>	<b>SETOR</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>VALOR (R\$ em bilhões)</b>
Comperj	Petroquímica	Itaboraí	implantação	14,6
Chevron	Energia	Campos	implantação	4,4
Usina do Açú	Energia	São João da Barra	implantação	4,3
Angra 3	Energia	Angra do Reis	Implantação	4,0
CSN - Plataforma	Transporte / logística	Itaguaí	expansão	3,7
Complexo Portuário	Transporte / logística	São João da Barra	implantação	2,0
OGX	Energia	Campos	implantação	1,5
Eisa	Indústria Naval	Rio de Janeiro	construção	1,4
Grupo Fisher	Indústria Naval	Vários	expansão	1,3
Governo Federal	Desenvolvimento urbano	Vários	expansão	1,3
<b>T O T A L</b>				<b>38,5</b>

**FONTE: SISTEMA FIRJAN**